

UM LÁPIS, UMA COR, UMA FRASE: COMO SUPERAR PRÁTICAS VELADAS DE RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

ONE PENCIL, ONE COLOR, ONE PHRASE: HOW TO OVERCOME VARIED PRACTICES OF RACISM IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Kalinda Félix de Souza

RESUMO

Este artigo visa discutir formas sucintas de racismo presente no ambiente escolar que pode encontrar-se nas falas, objetos e práticas que mascaram o racismo deixando que este seja reproduzido e perpetuado. O objetivo é destacar a importância do conhecimento e da formação do professor e o estado de alerta que este deve adotar para não reproduzir práticas racistas no ambiente de trabalho. A metodologia está baseada numa experiência quando professora da disciplina antropologia e educação na Amazônia do curso de pedagogia no município de Eirunepé/AM, pela Universidade do Estado do Amazonas, ouvido os relatos das práticas de professores em formação durante o período da disciplina de sessenta horas, mostram a realidade escolar. O referencial teórico se baseia nos estudos de BOURDIEU (1992); CANDAU (2011); GUSMÃO (1999; 2008); LÉVI-STRAUSS (2003); LIMA (2011); SCHWARCZ (*et al*, 2014); SCHUCMAN (2010); SILVA (2012) e outros que serviram de apoio para nossa discussão.

Palavras-Chave: Racismo, Práticas, Escola, Professor, Formação.

ABSTRACT

This article aims to discuss succinct forms of racism present in the school environment that can be found in the speeches, objects and practices that mask racism by allowing it to be reproduced and perpetuated. The purpose is to highlight the importance of knowledge and teacher training and the alertness that the teacher must adopt in order not to reproduce racist practices in the workplace. The methodology is based on an experience as a teacher of the discipline of anthropology and education in the Amazon of the pedagogy course in the municipality of Eirunepé / AM, at the State University of Amazonas, having heard the reports of the practices of teachers in training during the period of the sixty-hour course show school reality. The theoretical framework is based on the studies by BOURDIEU (1992); CANDAU (2011); GUSMÃO (1999; 2008); LÉVI-STRAUSS (2003); LIMA (2011); SCHWARCZ (*et al*, 2014); SCHUCMAN (2010); SILVA (2012) and others who served as support for our discussion.

Keywords: Racism, Practice, School, Teacher, Training.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO, CURSISTAS E LOCAL.

O curso de pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, funciona no Núcleo de Ensino Superior de Eirunepé – NESEIR, situado no bairro São José, zona próxima do centro da cidade. O núcleo possui boas instalações físicas e equipamentos necessários para o bom andamento das aulas.

No que diz respeito aos cursistas, em sua maioria já trabalham como professores de escolas do município, atendendo crianças do ensino fundamental e educação infantil, alguns ministram aulas em áreas rurais de suas comunidades de moradia, outros na sede do município. Na universidade ocupam duas salas de aula, turma I e II, sendo esta última a qual ministrei a disciplina Antropologia e Educação na Amazônia, ocorrida no período de 24/06 à 02/07/2019, com carga horária de 60 horas. Na época 37 (trinta e sete) professores em formação frequentavam o curso de pedagogia, na turma em que estive como professora ministrante da disciplina já citada, há um indígena da etnia Kulina, falante do português e da sua língua materna o qual se sente bem acolhido na cidade e pelos colegas do curso.

O município de Eirunepé se localiza à margem esquerda do rio Juruá ao sudoeste do estado do Amazonas, próximo a foz do rio Tarauacá, que fica na margem oposta. A cidade se originou de um grande seringal chamado de “Eiru”, no século XIX, auge da produção da borracha na Amazônia, São Felipe do Juruá, como era chamada, foi cenário atraente para os nordestinos que fugiam da seca (1877-1878). Já no século XX, principalmente durante a primeira guerra mundial, nações e grupos como: turcos, portugueses e outros povos procuravam novos meios de recomeçar suas vidas, e foram atraídos pelo comércio do látex, se instalando em áreas remotas da Amazônia, na época o Amazonas, Pará e o Acre foram as cidades polos de seringais, havia no interior desses estados grandes plantações de seringas. Consoante a este histórico, Eirunepé tornou-se um lugar de várias culturas - o local foi se (re)construindo com a mistura de raças: índios, nordestinos e estrangeiros o que gradativamente foi alterando os hábitos, costumes e

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

modos de vida das pessoas. Por outro lado, a economia gomífera trouxe também consequências desastrosas, principalmente para os indígenas, que habitavam as áreas de floresta, populações inteiras foram alvo de violência e grandes conflitos. Apesar da produção da borracha ser ainda uma das economias do município, não houve preocupação de se construir ligações via terrestre para a escoação do produto, se sabe que no auge do látex se abriu uma estrada que liga Eirunepé até Envira, município mais próximo. De forma que, as vias fluviais e aérea são as formas de se chegar até Eirunepé que faz divisa com os municípios de Envira, Ipixuna, Jutai, Itamarati e o estado do Acre, sendo a cidade de Cruzeiro do Sul no Acre distante há 328Km dos eirunepeenses, lugar que estes procuram para resolver problemas de saúde, por exemplo, entre outras situações que exigem urgência, a distância que separa Manaus a capital do Estado do Amazonas de Eirunepé é de 1.159Km tornando a viagem mais onerosa, segundo os munícipes, segundo eles é um dos motivos que eles pouco acessem a capital de seu Estado.

DA LEGITIMAÇÃO SOCIAL ATÉ O AMBIENTE ESCOLAR

O racismo implícito aparece na sociedade de forma disfarçada, são conteúdos de piadas, brincadeiras, frases feitas e atos cometidos pela sociedade, mas que são abordados como temas “normais”. Dificilmente as pessoas que o cometem se dizem racistas ou verificam como atos racistas. Ele é praticado por visões que alimentamos sem intenção tornando-se muito mais aderente e difícil de se erradicar.

Segundo Foucault, uma das condições que permitiram o advento do racismo pode ser encontrada em um fenômeno fundamental do século XIX, o biopoder, instrumento de controle político e regulação econômica que se caracteriza pelo conjunto de práticas e discursos que instituem a sociedade burguesa e a organizam, onde a espécie humana passa a ser contabilizada, classificada, objeto de estimativas e pesquisas quantitativas. Os governos tornam-se crescentemente preocupados com a “população”, seus fenômenos e variáveis próprias como: a natalidade, a mortalidade, a esperança de vida e a incidência de doenças. (FOUCAULT, 2002, *apud* SCHUCMAN, 2010).

O autor abre uma discussão acerca dos controles sociais, em que se passou a verificar na sociedade um crescente número da população não abastada, os estados enxergaram a possibilidade de controlar tais crescimento populacional, amparados pelo

discurso da saúde, estatísticas, previsões futuras da falta de alimentos, saneamento básico para todos, escolas, etc. Foucault analisa o biopoder como um mecanismo para controlar quem deve nascer, viver e morrer, são domínios sociais de controle estatais, controle de acesso a bens culturais, segregação, exclusão dentro da própria sociedade do indivíduo.

No Brasil, o racismo desenvolveu-se de forma muito específica e particular, porque o racismo brasileiro nunca foi legitimado pelo Estado, mas sim foi e ainda é um racismo presente nas práticas sociais e nos discursos, ou seja, um racismo de atitudes, porém não reconhecido pelo sistema jurídico e ainda negado pelo discurso de harmonia racial e não racialista da nação brasileira (Guimarães, 1999b *apud* SCHUCMAN, 2010).

A utopia do paraíso racial presente no Brasil nunca se concretizou, estatísticas mostram que o racismo é um tema presente nas famílias brasileiras, na sociedade como um todo. A reprodução social do racismo pode ser vista em filmes, nos livros didáticos escolares, nos discursos feitos por pessoas que ocupam cargos importantes na sociedade. Ampliando tais discursos e atos; no recinto familiar as crianças acabam por reproduzir tudo que presenciam nos diversos ambientes que frequentam, inclusive no ambiente escolar, quando adultas levam isto para a vida pessoal e profissional, sem reconhecer o quanto de racismo carregam.

SOBRE O CONCEITO DE RAÇA

Em 1952 o antropólogo francês, Claude Lévi-Strauss, apresentou à UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, um texto no qual expôs o pensamento anti-racista, fez duras críticas ao conceito de evolucionismo de Leslie White – o qual instituiu um tipo de racismo. Lévi-Strauss (2003) mostra uma preocupação com a tendência de homogeneização das sociedades e das culturas, já que a proposta desenvolvimentista de progresso das sociedades na teoria evolucionista dá-se de forma linear, ou seja, segue um modelo de sociedade, um padrão que deveria se instalar em todas as sociedades. Sendo contra esse princípio científico, Lévi-Strauss, procura ampliar o termo raça para o contexto cultural e social. Ele enxerga na diversidade cultural, as várias sociedades e suas contribuições ao longo dos anos, para o desenvolvimento da

sociedade humana. Vejamos um trecho do texto a seguir, em que o autor se posiciona mediante a teoria de raça que Gobineau.

Quando procuramos caracterizar as raças biológicas mediante propriedades psicológicas particulares, afastamo-nos da verdade científica, quer a definamos de uma maneira positiva quer de uma maneira negativa. Não devemos esquecer que Gobineau, a quem a história fez o pai das teorias racistas, não concebia, no entanto, a "desigualdade das raças humanas" de uma maneira quantitativa mas sim qualitativa. Para ele, as grandes raças primitivas que formavam a humanidade nos seus primórdios - branca, amarela, negra - não eram só desiguais em valor absoluto, mas também diversas nas suas aptidões particulares. A tara de degenerescência estava, segundo ele, ligada mais ao fenômeno de mestiçagem do que à posição de cada uma das raças numa escala de valores comum a todas; destinava-se, pois, a atingir toda a humanidade, condenada sem distinção de raça a uma mestiçagem cada vez mais desenvolvida. (LÉVI STRAUSS, 2003, p. 232)

Apesar de terem se passado mais de sessenta anos que esse texto foi publicado, suas ideias ainda se mostram atuais, o conceito da existência de raça superior e raças inferiores, provocou guerras, genocídio, violência, trouxe o holocausto. Mesmo com o avanço das ciências humanas e de vários estudos e novos conceitos de raça ampliado para o lado social e cultural das sociedades, o termo científico e biológico de raça - que traz a proposta de aptidões intelectuais entre as raças e o processo de degeneração pela sua miscigenação, se faz presente no século XXI, seja de forma explícita ou implícita. Ainda hoje recaí o preconceito sobre os ombros dos negros, índios, mestiços e outras populações vistas como inferiores em relação à sociedade dita branca. Essas minorias se vem desvalorizadas mediante sua cultura, língua, suas práticas sociais, até mesmo suas religiões não são respeitadas, apesar da implementação de leis que obrigam o respeito e a igualdade entre as raças, no cotidiano social, não é bem isso que se observa.

DISCUSSÃO SOBRE CULTURA ESCOLAR E RACISMO

Apesar de haver um aparato de leis como a criada em 1989, a Lei nº 7.716 que define os crimes de preconceito racial, determinando pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Não se pode dizer que as pessoas mudem seus valores, devido a imposição de uma lei.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Por exemplo, a Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Observa-se que não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino superior para os cursos de formação de professores, como nas licenciaturas.

Entretanto, algumas universidades sensibilizadas pela temática, como é o caso da Universidade do Estado do Amazonas - UEA conforme o relatório do Ministério da Educação divulgado em 2012 se observa a inclusão de disciplinas como: Sociedades indígenas e educação, destacando importância ao tema.

Contudo é necessário haver um maior empenho por parte de projetos escolares e universitários para que o tema seja amplamente discutido, levando para a sociedade, o conhecimento, sobre um tema tão doloroso e capaz de subjugar as pessoas que sofrem com esse tipo de preconceito.

Lembramos aqui, de um grande pensador social Pierre Bourdieu (1992), que reconhece a cultura, como sendo central no processo de dominação. Observa que as instituições sociais que servem ao estado procuram valorizar uma certa cultura – da sociedade dominante - em detrimento de outras – da sociedade dominada. Nesse sentido, a cultura é hierarquizada e torna-se instrumento de luta entre as classes sociais, que se distinguem e se distanciam. Sendo a escola, na visão deste autor, a reprodutora desta relação de dominação cultural, pois o sistema de ensino está impregnado pelo capital cultural valorizado pela burguesia. Para ele, a transformação do sistema educacional, implica em reconhecer uma multiplicidade de saberes de outras culturas, assim, a libertação desses domínios culturais se daria por um longo processo de mudança na estrutura pública de ensino, desde a construção de novos currículos, projetos escolares capazes de valorizar as culturas presentes na sociedade.

É notório que a formação de professores se torna uma importante arma no combate as mais diversas opressões sociais, seja o preconceito racial ou cultural. O conhecimento que se adquire na universidade e nos diversos cursos, palestras, seminários, encontros, entre outros, em que o professor pode explorar os diversos temas e aprofundar seu intelecto, podem assegurar ações docentes capazes de implantar novas gerações com pensamentos mais amplos e respeito a si mesmas e a outras sociedades.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Tomando como base o texto *Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas*, a autora afirma que - a cultura escolar dominante em nossas instituições educativas prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo. (Candau, 2011, p. 240).

Na leitura do texto citado acima e posterior debate do mesmo com os professores em formação, os mesmos destacaram que neste trabalho o foco é o processo de aprendizagem escolar, a crítica principal é o sistema homogêneo presente nos contextos escolares, ou seja, existe uma cultura escolar que faz com que professores sigam quase que um protocolo de ensino, a falta de valorização da diversidade, das diferenças culturais, faz com que as práticas pedagógicas se tornem pouco vantajosas no que diz respeito ao processo de aprendizagem, existe um racismo escolar que é reproduzido através de conteúdos fora do contexto do aluno, por protocolos institucionais que acabam excluindo crianças dos bancos escolares.

Os cursistas também destacaram o calendário escolar como, por exemplo, as datas comemorativas que acabam também por homogeneizar e não valorizar situações locais em que comunidades inteiras prestigiam. Outro ponto levantado foi à respeito dos livros didáticos, adotado nas escolas, como por exemplo, os de histórias, os quais não trazem referências ao contexto vivido pela criança, mesmo havendo interesse delas nas leituras, as literaturas infantis em sua maioria são produzidas com outras referências de valoração de outras culturas, dificultando a cognição infantil.

Observam que há um consenso por parte do próprio sistema de ensino, na adoção de livros, na produção de literaturas e o professor que já enfrenta inúmeros problemas em uma sala de aula, precisa se atentar a isso e promover uma maior valorização da identidade local, observar seus alunos enquanto seres de cultura e como capazes de aprender, bem como, sentir-se reconhecido como sujeitos.

Para aprofundar o sentido da diversidade cultural na sala de aula foi passado um vídeo para os cursistas de pedagogia, um curta-metragem, com duração de dezoito minutos, com o seguinte título: *Dúdú e o lápis cor da pele*. A intenção foi despertar nos professores do curso de pedagogia formas sucintas de preconceito e racismo, o que pode levar a criança a crises de sua própria identidade, ou ainda promover a baixa autoestima em relação a raça, cor de pele e outros contextos em uma sala de aula. Após assistirem o curta-metragem, muitos cursistas se manifestaram e disseram que já praticaram racismo

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

análogo ao do vídeo assistido. Os cursistas utilizaram o termo “foi no automático”, ou seja, são frases já construídas que todas as pessoas costumam justificar-se e são repetidas no dia a dia, trazidas para os ambientes escolares, situações de trabalho.

No curta-metragem intitulado - Dúdú e o lápis cor da pele – mostra a realidade de uma sociedade preconceituosa e de um racismo velado. Dúdú é um menino de sete anos que estuda em uma escola de classe média na cidade de São Paulo, em uma das aulas de educação artística, ele inicia um processo de reconhecimento de sua identidade, ao notar que na sua caixa de lápis de cor, não existia uma cor compatível com seu tom de pele, de repente a professora diz para o menino que ele pode pintar o desenho utilizando o lápis ‘cor da pele’, o que desperta um sentimento de confusão para ele, pois o mesmo compara seu tom de pele a cor do lápis indicado pela professora, e percebe que se trata de cores diferentes e não consegue entender, o porquê, de não existir uma lápis com o seu tom de pele. Em casa, o menino folheia uma revista e com o lápis compara o tom de pele das fotos das modelos ali fotografadas. A mãe percebe algo intrigante no menino, logo ele pergunta para ela sobre sua origem e se na sua família tem mais pessoas com a sua cor. A mãe percebendo que o filho está triste e confuso e no dia seguinte resolve ir até a escola em busca de explicações. Na sala do gestor da escola, a professora é chamada na presença do menino e de sua mãe, o gestor pede que a professora explique sobre o ocorrido, mas a mesma nem mesmo percebe a gravidade de suas palavras e o quanto a sua frase guarda de um racismo velado pela sociedade, e a mesma enfatiza que todo mundo diz isso, porque serei condenada, não fui eu quem inventei a frase - o lápis ‘cor da pele’, é como é chamado, ‘é no automático’, a mesma ainda enfatiza: - Isso não é preconceito! É apenas um modo de dizer, de classificar o lápis; diz não ser racista, que jamais faria isso com uma criança ou qualquer outra pessoa, e não entende, porque, está sendo censurada por um fato que já está posto na sociedade. A mãe pede providências, enquanto ocorre a discussão entre a professora, a mãe de Dúdú, o mesmo foge da escola levando o lápis na mão. A crise de identidade, a busca pela sua origem o faz andar sozinho pelas ruas em busca de resposta, Dudu precisa entender que ele é, qual sua importância no mundo.

O curta metragem foi apenas uma ferramenta de análise para fomentar a discussão sobre racismo na escola, sobre o conceito de raça, o que o racismo velado pode impactar a vida de uma criança. O citado lápis ‘cor da pele’, é apenas um dos vieses do racismo

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

velado, presente na sociedade brasileira, é um objeto para se pensar com mais profundidade onde estão as raízes do problema: no conceito de raça, de racismo, na falta de punição ao preconceito, numa política educacional que mostre nossa sociedade verdadeira e trabalhe para que ela melhore a convivência entre as pessoas.

Por isso, é importante salientar que os professores precisam dar continuidade a formação, buscar conhecimento, ampliar os horizontes, sair do lugar. Sabemos o quanto é difícil mudar um hábito de fala, de atos, mas é necessário treinar, se punir, perceber em si um verdadeiro docente no sentido de tornar a educação uma verdadeira arma contra as estruturas sociais impregnadas de preconceito e racismo.

Nas observações dos cursistas de pedagogia, a exposição do filme os alertou em relação a esse fato, pois muitos se viram na mesma situação daquela professora, eles praticavam o preconceito, o racismo velado sem perceber que o faziam, não refletiam seus atos. O lápis ‘cor de pele’, também existe para os professores de Eirunepé, os mesmos não percebiam o quanto essa nomeação, classificação dada a cor do lápis guarda de preconceito vinculado ao racismo, o quanto a sua reprodução diária serve de manipulação na vida social, na vida escolar das crianças, pois eles observam que a maioria delas se quer percebem o processo de desvalorização social e cultural que sofrem, bem como, eles enquanto docentes, não se viam na cena, nem tão pouco, como protagonistas daquele ato, que passava despercebido. Após discussões eles puderam pensar nas várias formas que aparece o preconceito e de como eles podem reconhecê-lo, em suas falas, nas ditas brincadeiras, nas piadas, observaram que buscar conhecimento significa mudança e esta deve ser colocada em prática, pois é a melhor arma que se tem para lutar contra o inimigo camuflado, as vezes invisível aos olhos, aos ouvidos.

Enfatizaram a importância do conhecimento como uma espécie de libertação das armadilhas, encrustadas nas frases “ditas inocentes”, mas na maioria das vezes estão impregnadas pela história de ostracismo e violência contra grupos sociais, largamente discriminados pela sociedade.

Os cursistas puderam perceber que o racismo é algo construído e que está posto de variadas formas, nos relatos eles comentam sobre o olhar da criança para este tema, de como educá-las sem prejudicar o emocional, o psicológico, como garantir na sala de aula uma educação de qualidade e dignidade para todos. O desafio é imenso, dada a realidade

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

de cada criança que trazem sua religião, sua história de vida, tais questões são visualizadas por Gusmão (1999).

Gusmão no texto: *Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro* (1999), destaca que as crianças, são também o outro, estrangeiro no mundo adulto e assim, vistos como sujeitos inacabados da condição humana, cuja imagem sem reflexo cria a ilusão de uma sociedade sem espelho (1999, p. 41, 42). A autora chama da atenção para os processos de reconhecimento do corpo social do outro, o vazio que é imposto ao outro, torna-se obstáculo para novas formas de aprendizados.

Gusmão (1999) verifica que a escola tem por tradição um sistema de ensino homogeneizante, contudo ainda sim, é possível enxergar o outro como sendo portador uma cultura particular.

Educar, antes de mais nada, envolve interesses, dominação, exploração, revelando a existência do poder e seu exercício sobre indivíduos, grupos ou sociedade tidos como diferentes. Educar tem sido o meio pelo qual o diferente deve ser transformado em igual para que se possa submeter, dominar e explorar em nome de um modelo cultural que se acredita natural, universal e humano.

Na visão de Candau (2011) a mesma observa que:

A escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados. E esta tarefa passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, a promoção de dispositivos de diferenciação pedagógica e o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar. (CANDAU, 2011, p. 253).

Nesse sentido, os professores perceberam o quanto sua formação é importante para observarem e se vigiarem quanto à atitudes que parecem inocentes, e até mesmo didáticas para eles, num primeiro momento, mas que podem se revelarem como grotescas e humilhantes para seus discentes.

O debate serviu para que os professores em formação enquanto disseminadores do conhecimento analisem seus atos e palavras, verifiquem suas atividades pedagógicas, procurem pôr em prática o que aprenderam no curso e assim promover um aprendizado

que realmente respeite as crianças que são seus principais alvos e futuros adultos de uma sociedade melhor.

Nessa perspectiva Candau (2011) nos conduz a refletir e destacar que é necessário enxergar que crianças mais novas são as mais vulneráveis a todo tipo de opressão, as mesmas necessitam de uma atenção maior, em relação a sua formação cidadã, e na maioria das vezes são vítimas de manipulações psicológicas, emocionais, em relação a não valorização de sua cultura, de seu ser social, cabe ao professor tornar possível um desenvolvimento sem maiores transtornos, valorizando a criança e sua realidade.

A dimensão cultural é intrínseca aos processos pedagógicos, “está no chão da escola” e potencia processos de aprendizagem mais significativos e produtivos, na medida em que reconhece e valoriza a cada um dos sujeitos neles implicados, combate todas as formas de silenciamento, invisibilização e/ou inferiorização de determinados sujeitos socioculturais, favorecendo a construção de identidades culturais abertas e de sujeitos de direito, assim como a valorização do outro, do diferente, e o diálogo intercultural. (CANDAU, 2011, p. 251)

A autora cita que é importante que o professor perceba que as diferenças culturais não podem ser entraves quanto aos processos de aprendizado do aluno, mas que estas possam potencializar suas ações na sala de aula, na escola. A busca pelo conhecimento é uma arma que precisa ser renovada a cada instante, a formação dos professores por sua vez, implica esse tipo de busca incessante pelo conhecimento, pois o mesmo também se renova a cada nova geração.

Portanto, os professores puderam verificar o quanto um ambiente escolar saudável pode promover relações de respeito e um aprendizado muito mais proveitoso para todos. É importante perceber a diversidade em uma sala de aula, mesmo se tratando de uma mesma comunidade, há igrejas, há valores, outras dimensões da vida social, que precisam ser enxergadas pelo professor.

Diante do exposto, relatamos o que diz os Parâmetros Curriculares Nacionais ao tratar sobre a questão da diversidade, citando que:

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças — não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento.

Concluindo, a atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização. (BRASIL, 2000, p. 63).

Mediante esse parágrafo e tomando como ponto de partida a escola, conclui-se que é o lugar onde o professor é o principal elo entre o conhecimento e a sua disseminação, o principal veículo de comunicação na sala de aula, o docente é a referência das crianças, de forma que o mesmo deve estar preparado para não reproduzir no ambiente escolar “frases feitas” que na maioria das vezes, guardam preconceito, racismo e negam as identidades, a diversidade dos sujeitos existentes na sociedade.

Vários discentes do curso de pedagogia disseram que a partir do seu contexto escolar poderiam agora rever sua postura na sala de aula, observaram que é fundamental a leitura, o olhar, a reflexão de suas práticas na sala de aula.

Ainda destacaram que o curso de pedagogia é de ínfima importância na formação docente já que eles já são atuantes na sala de aula.

E O LAPIS COR DA PELE

No curta-metragem “Dudu e o lápis cor da pele” vale destacar o trabalho de Adriana Varejão (1964-) que é uma artista plástica brasileira, em uma de suas muitas obras, a de ênfase a este tema, é a obra intitulada - o Polvo, na qual, a mesma expõe pelo menos trinta e três tons de pele do brasileiro, tendo como inspiração uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 1976 onde se perguntava às pessoas - Qual a sua cor de pele? As respostas foram as mais diversas como: “puxa-para-branquinha”, “morena-jambo”, “queimada de praia”, etc, mostrando o quanto o povo brasileiro não sente orgulho de sua raça e menos ainda do seu tom de pele, dada as circunstâncias e a realidade em que se valoriza uma pele mais clara devido a opressão que sofreram sem perceber ao longo da história, são gerações passadas que deixaram suas marcas, sem contar como já foi dito neste texto, as inúmeras formas de se desvalorizar os

negros, os indígenas, os mestiços e outros povos que sofrem dos mesmos males, o preconceito racial.

Schwarcz (2014) avaliando o trabalho da artista e a obra - diz que ela procura desnaturalizar frases de efeito, produtos como ‘o lápis de cor’ utilizado pelas crianças na escola, as imagens valorizadas nas revistas, exposições de manequins em lojas e outros segmentos da vida social em que o racismo e o preconceito estão impregnados, mas que dificilmente alguém se atreve a dizer o contrário, são alguns exemplos que como a opressão está presente no cotidiano das pessoas, e estas são induzidas a naturalizar os preconceitos contra elas mesmas.

No ambiente escolar, as literaturas podem ser o exemplo, como já foi dito pelos próprios cursistas, as questões raciais se quer são levantadas pelo professor, como ‘o lápis cor da pele’, entram num processo de naturalização.

Nos estudos de Vera Maria Candau ela mostra que:

No caso da educação, [na abordagem multicultural assimilacionista] promove-se uma política de universalização da escolarização. Todos e todas são chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural presente na sua dinâmica, tanto no que se refere aos conteúdos do currículo, quanto às relações entre os diferentes atores, às estratégias utilizadas nas salas de aula, aos valores privilegiados etc. (CANDAU, 2011, p. 46).

No que diz respeito a construção do sujeito Candau (2011) salienta que a criança é um sujeito e como tal traz uma cultura para a sala de aula, tem o seu modo de aprender, ela precisa ser valorizada enquanto cidadã, precisa se sentir parte da vida escolar, social. A autora chama a atenção para as práticas docentes nas escolas, por mais que haja renovação nos cursos para professores, novas metodologias de ensino, cursos de formação para dar novos rumos às formas de ensinar, o vocabulário utilizado para ensinar que na maioria das vezes é repetitivo e cansativo para os discentes, observa que muitos acabam por estimular práticas de racismo e preconceito, por falta de conhecimento. Segundo a autora a cultura escolar fundada em moldes hegemônicos, faz com que a escola priorize um sistema homogêneo, hierárquico o que acarreta na invisibilidade dos sujeitos, no apagamento de suas identidades, podendo configurar-se como racismo.

Segundo Gusmão:

A escola inexistente como instituição independente e, como tal, não possibilita independência e autonomia aos sujeitos que aí estão. A meta da escola centra-se num aluno-modelo que desconsidera a diversidade da comunidade escolar e, para contê-la, atua de forma autoritária. (GUSMÃO, 1999, p. 19).

Nesse sentido, a antropologia enquanto disciplina traz os conceitos a serem expostos e discutidos em outras áreas do conhecimento, como o conceito de raça, racismo, cultura, diversidade e multiculturalismo, identidade, etc. Parâmetros que estão nos documentos da educação, mas que precisam ser colocados em prática, discutidos mais densamente e amplamente levados, principalmente, para os cursos de formação de professores, pois a escola é o espaço de sua atuação profissional, a sala de aula é o lugar onde há os mais diversos sujeitos de culturas e identidades, inclusive o professor não está livre dessas características sociais, identitárias e culturais, ele também é um sujeito, um ser impregnado de sua própria sociedade.

Nesse aspecto, os cursistas citam que há um processo de enriquecimento de seus conhecimentos, que as licenciaturas têm revelado para eles um mundo de possibilidades de novas abordagens na sala de aula, de renovação de suas metodologias. Apesar de nas comunidades mais longínquas encontrarem inúmeras dificuldades e obstáculos de levar um conhecimento de qualidade, dar continuidade a formação é o primeiro passo para se fazer um melhor profissional de sua área, ler ainda é o melhor caminho para se chegar a pleno conhecimento do que se pensa e pratica.

O RACISMO NA SALA DE AULA

No texto de Lima (2011) *Antropologia e educação: um diálogo possível?* A autora faz referência a produção de diversos trabalhos que tratam sobre o racismo na sala de aula, e do casamento entre a educação e a antropologia, áreas do conhecimento que guardam a interdisciplinaridade e do quanto a antropologia tem a dizer sobre o contexto escolar e acadêmico, as velhas discussões em torno de uma sociedade oprimida e dos rompimentos de áreas do conhecimento que poderiam estarem agregando maiores saberes e contribuindo de forma mais concreta com a sociedade, principalmente a escolar.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

A exemplo, de como o conhecimento pode ser encontrado nos mais diversos lugares e pessoa, os cursistas de pedagogia explicam através de uma cena do curta-metragem – Dúdú e o lápis cor da pele, momento em que o menino olha para um grafite no muro de uma rua, uma mulher vendo o menino sozinho, se aproxima dele e explica o desenho na parede, ela é curadora, é com muita propriedade explica de forma simples e direta a ele sobre a diversidade de cores e de raças que temos, o mesmo compreende e fica feliz ao saber sobre sua origem, se orgulha de seu nome, que guarda suas raízes de origem africana, a mulher explica que o nome dele – Dúdú significa negro na língua yorubá (etnia africana). Logo os professores em formação observam que em torno da origem dos nomes, há culturas, identidades e o quanto eles dizem a nosso respeito, por isso é importante respeitar a cultura do outro - a alteridade, conceito este que busca salientar o valor do outro para nós. Sabermos que existem diversas línguas, costumes, hábitos e outros povos, só enriquece nosso conhecimento – comenta um dos cursistas.

Outra observação é sobre o eurocentrismo presente nos currículos escolares, os professores verificam que há poucos materiais ou nenhum que tratem sobre questões racismo implícito para as crianças. Mesmo com as leis e a obrigação de estudos sobre a cultura africana, indígenas ainda há pouco conhecimento e valorização da cultura negra, indígenas e suas contribuições para a nossa nação, tais assuntos por vezes citados nos livros didáticos distribuídos nas escolas, mas de forma tímida e sem maior destaque e relevância. Os cursistas observam que pouco se discute sobre esse tipo de assunto nas escolas de ensino infantil e fundamental sobre a importância do negro, do índio na sociedade e quando o fazem aparece nas datas comemorativas como o dia do índio, consciência negra, por vezes de forma a desvalorizar essas sociedades.

Os professores puderam perceber que na Amazônia, há uma diversidade de povos e línguas, costumes e conhecimentos que eles ainda sequer conhecem ou ouviram falar, mas cabe a cada um profissional se interessar por algo que parece intocável, distante de seu mundo, caracterizado como cultura inferior; não precisa esperar por políticas públicas que valorizem essas sociedades, mas sim, o dever do professor é buscar na educação novas formas de interagir com o outro e com outras sociedades, dando-se a oportunidade de conhecer “mundos”.

Os filmes, os livros, os meios de comunicação podem ajudar e fazer a diferença desde que bem utilizados e analisados pelo próprio docente que deve se enxergar enquanto disseminador do conhecimento e propagador do bem-estar social e respeito à diversidade local. Valorizar a criança, é também um ato de cidadania, é um ato de equilíbrio cultural, é elevar a autoestima do outro e fazer com que o ambiente escolar se torne mais propício ao aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões em torno do conceito de raça a partir da biologia, já foi superado pelos diversos autores, contudo, tal superação ainda não foi capaz de suprimir o preconceito e o atos de racismo presente nas mais diversas sociedades. Cabe a nós professores questionar sobre os conceitos, ideias que se espalham pelo mundo de inferiorização do outro, do “estrangeiro”, do “desconhecido”, de classificar pessoas, seja pela sua aparência, sua cor, pela sua língua, pela sua cultura. É preciso estarmos atentos as práticas de desigualdade, de ofensa ao outro, as discussões se ampliam cada vez mais, em torno do preconceito, do racismo velado, contudo se faz necessário colocar em ação novos discursos acerca dos estudos que valorizem os negros, os índios e outras minorias massacradas pela hegemonia de cultura que procura colocar modelos sociais.

Os cursistas de pedagogia de Eirunepé puderam perceber o quanto é importante dar continuidade a formação profissional. A relação teoria e prática passa a ser primordial, elas precisam andar sempre juntas, a reflexão também precisa fazer parte do cotidiano escolar, observando a realidade local.

Refletir a própria postura enquanto pedagogo e professor, não é tarefa fácil, porém é essencial ao exercício diário na sala de aula, na perspectiva de não se tornarem reprodutores de uma sociedade racista e desigual. O papel social do docente vai além da sala de aula, bem como, a criança precisa ser valorizada e preparada para o mundo.

Os cursistas perceberam que o preconceito racial está enraizado na sociedade, além de atos e palavras, ele está presente nos gestos, nos olhares, por exemplo, nas formas de lidar com outro, no processo de segregação na sala de aula, nos espaços públicos e até

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

mesmo nas instituições. Cabe ao professor o papel social de mostrar aos discentes caminhos alternativos para se compreender a sociedade em que vivem, por isso, é importante a formação docente no sentido de renovar-se, reconstruir-se como profissional e sempre buscar novos conhecimentos.

Os professores são base não somente para aprender conteúdo nas primeiras séries do ensino infantil e fundamental, mas eles são os primeiros contatos da criança com mundo externo, na vida em sociedade, elas passam parte de seu dia ouvindo o professor na sala de aula. Cabe a este profissional estar preparado para enfrentar o desafio que é o “chão da escola” e o processo formativo deste, é a base para que este possa pôr em prática novas metodologias, novas didáticas, novas formas de aprendizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias**, Brasília: MEC, 2000.

BARCELOS, Luis Cláudio. **Educação: um quadro de desigualdades raciais. Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 23, p. 37-69, dez. 1992

BOURDIEU, Pierre. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.

FIGUEIRA, Vera M. **Preconceito racial: difusão e manutenção pela escola**. Intercâmbio. Rio de Janeiro, n.1, p.37-46, jan./abr. 1988.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade**. Pro-Posições, v. 19, n. 3 (57) - set./dez. 2008.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Linguagem, Cultura e Alteridade: imagens do Outro.** Cadernos de pesquisa. nº 107, p. 41-78, julho/1999.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e História.** In: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIMA, Janilza Cavalcante da Rocha. **Antropologia e educação: um diálogo possível.** Revista inter-legere. Educação e sociedade. N. 09, julho/dezembro de 2011.

SCHWARCZ, L. M.; VAREJÃO, A. **Pérola imperfeita: a história e as histórias na obra de Adriana Varejão.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão.** Rev. psicol. polít. vol.10 no.19 São Paulo jan. 2010.

SILVA, Beatriz Carretta Correa da. **Relatório Intermediário de Consultoria.** Levantamento e Análise de Informações sobre o Desenvolvimento da Temática “História e Cultura Indígena” nos Cursos de Licenciatura de Instituições Públicas e Privadas. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Nov/2012.

Recebido: 24/7/2020.

Aceito: 27/7/2020.

Autora:

Kalinda Félix de Souza, Licenciada em Antropologia, Mestrado em Antropologia.

Professora SEDUC/AM.

kalindafelix@hotmail.com

(92) 99331 7749